



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CABACEIRAS
(Casa de Joaquim Gomes Henriques)

PROJETO DE LEI Nº 26 /2025

A Comissão de Justiça e Redação
irá analisar e emitir parecer.
Cabaceiras, 31/10/2025
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Cabaceiras
APROVADO
Sala das Sessões, 31/10/2025

Dispõe sobre a criação e regulamentação dos cursos de capacitação profissional para cuidadores de crianças, idosos e pessoas com deficiência no município de Cabaceiras - PB, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituída a obrigatoriedade da oferta de cursos de capacitação profissional para cuidadores de crianças, idosos e pessoas com deficiência em todo o território municipal.

Parágrafo único - Os cursos de capacitação deverão atender aos requisitos mínimos de qualidade, carga horária e conteúdo programático definidos pelos órgãos competentes.

Art. 2º - Os cursos de capacitação profissional poderão ser promovidos por instituições de ensino técnico, universidades, entidades do terceiro setor e órgãos governamentais, desde que devidamente credenciados pelos órgãos reguladores.

Art. 3º - O conteúdo programático dos cursos deverá abranger, no mínimo:

- I - Noções básicas de primeiros socorros;
- II - Cuidados específicos conforme a faixa etária e condição do assistido;
- III - Ética e responsabilidade profissional;
- IV - Aspectos psicológicos e sociais do cuidado;
- V - Direitos da criança, do idoso e da pessoa com deficiência;
- VI - Higiene, alimentação e mobilidade assistida;
- VII - Comunicação e relacionamento interpessoal.

Art. 4º - O certificado de conclusão do curso será requisito obrigatório para o exercício da profissão de cuidador, exceto para aqueles que já exerçam a função há mais de 5 (cinco) anos e comprovem experiência na área.

Art. 5º - O poder público poderá firmar convênios com entidades privadas e instituições de ensino para viabilizar a oferta gratuita dos cursos para pessoas de baixa renda.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cabaceiras, 30 de outubro de 2025.

WELLINGTON EMERSON DE FARIAS AIRES
VEREADOR AUTOR



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CABACEIRAS
(Casa de Joaquim Gomes Henriques)

JUSTIFICATIVA:

Colegas vereadores, este Projeto de Lei tem como objetivo instituir e regulamentar cursos de capacitação profissional voltados aos cuidadores de crianças, idosos e pessoas com deficiência, reconhecendo a relevância social e econômica dessa atividade e buscando assegurar um atendimento mais qualificado, humanizado e seguro a essas populações.

Nos últimos anos, observa-se um aumento significativo na demanda por profissionais capacitados para o cuidado direto de idosos e, principalmente crianças, sobretudo, os alunos das escolas municipais portadoras de algum transtorno. Esse fenômeno decorre de diversos fatores, como o envelhecimento da população, o aumento da expectativa de vida, a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho e a necessidade de apoio especializado a pessoas com deficiência e crianças em fase de desenvolvimento.

Entretanto, apesar da importância e da complexidade das atribuições desempenhadas por cuidadores, ainda há uma carência de formação técnica adequada e de regulamentação profissional que garanta padrões mínimos de qualidade e segurança nos serviços prestados. Em muitos casos, o exercício dessa função ocorre de forma informal, sem critérios técnicos, o que pode comprometer tanto a integridade física e emocional das pessoas assistidas quanto as condições de trabalho dos próprios cuidadores.

Dessa forma, a criação de cursos de capacitação profissional visa oferecer formação teórica e prática que contemple conteúdos sobre ética, direitos humanos, primeiros socorros, cuidados básicos de saúde, noções de higiene, nutrição, mobilidade, comunicação e acolhimento. Essa medida contribuirá para elevar a qualidade dos serviços prestados, valorizar a profissão e garantir melhores condições de inserção no mercado de trabalho.

Além disso, a regulamentação proposta permitirá ao poder público estabelecer parâmetros curriculares, critérios de certificação e mecanismos de fiscalização, promovendo maior segurança jurídica e transparência no exercício da função. Tal iniciativa também vai de encontro com políticas públicas voltadas à inclusão social, à proteção da pessoa idosa, da criança e da pessoa com deficiência, em consonância com os princípios previstos na Constituição Federal e nas legislações específicas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto do Idoso e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), bem como, ser uma matéria que já está em discussão através de projetos de lei no Congresso Nacional, com destaque para o PL 5.178/2020, que tramita no Senado, e o PL 117.5831/2025, na Câmara de Deputados .

Portanto, a aprovação deste projeto representa um passo fundamental para a profissionalização da atividade de cuidador, a valorização do trabalho humano e a promoção de uma sociedade mais justa, solidária e comprometida com o bem-estar de todos os seus cidadãos.

Cabaceiras – PB, 30 de outubro de 2025.